

SOCIETE GENERALE SG Equipment Finance S.A. - Arrendamento Mercantil

Corporate & Investment Banking

(pertencente ao Sistema Financeiro Société Générale Brasil)

CNPJ 62.816.426/0001-75

RELATÓRIO DA DIRETORIAAlameda Rio Negro, 500 - 20º andar - Ed. West Tower
Torre B - Alphaville Empresarial
CEP 06454-000 - Barueri - SP
Telefone: 0xx11 2666-2281
www.sgfc.com.br**Prezados Acionistas:** Em cumprimento às determinações legais e estatutárias, apresentamos as demonstrações financeiras, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 e para o semestre findo em 31 de dezembro de 2015 da SG Equipment Finance S.A. - Arrendamento Mercantil juntamente com o parecer dos Auditores Independentes.

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014 - (Em milhares de reais - R\$)							
ATIVO	Nota Explicativa	2015		PASSIVO	Nota Explicativa	2014	
		2015	2014 (Reapresentado)			2015	2014 (Reapresentado)
CIRCULANTE		48.081	75.731	CIRCULANTE		506.932	242.760
Disponibilidades	6	11.158	27	Depósitos Interfinanceiros		225.225	51.918
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		35.769	48.838	Depósitos Interfinanceiros Ligadas...	15a	225.225	51.918
Carteira Própria.....	8a	13.955	32.551	Obrigações por Empréstimos e Repasses		85.346	130.656
Instrumentos Financeiros Derivativos		13.113	6.812	Empréstimos no País.....	16a	7.773	8.900
Vinculados à Prestação de Garantias	8d.1.1	8.701	9.475	Empréstimos no Exterior	16b	77.573	121.756
Operações de Arrendamento Mercantil	8a	(17.989)	4.536	Outras Obrigações		196.360	60.186
Arrendamentos e Subarrendamentos a Receber - Setor Privado		317.492	256.478	Fiscais e Previdenciárias.....	12b	4.757	1.831
(-) Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil - Setor Privado		(315.833)	(254.707)	Negociação e Intermediação de Valores	8d.2	-	3.182
Arrendamentos e Subarrendamentos a Receber - Setor Público		57.983	34.603	Diversas.....	12c	191.604	55.173
(-) Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil - Setor Público.....		(57.983)	(33.801)	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		544.021	498.875
Adiantamento a Fornecedores		4.140	3.730	Depósitos Interfinanceiros		172.052	190.126
(-) Rendas a Apropriar de Taxa de Compromisso de Arrendamento		(132)	(69)	Depósitos Interfinanceiros Ligadas...	15a	172.052	190.126
(-) Provisão para Operações de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa	11	(23.656)	(1.698)	Obrigações por Empréstimos e Repasses		266.625	219.229
Outros Créditos		12.957	17.230	Empréstimos no País.....	16a	-	7.773
Negociação e Intermediação de Valores	8d.2	3.356	-	Empréstimos no Exterior	16b	266.625	211.456
Diversos.....	12a	9.601	17.230	Outras Obrigações		105.344	89.520
Outros Valores e Bens		6.186	5.100	Fiscais e Previdenciárias.....	12b	28.568	18.687
Bens Não de Uso Próprio.....		5.222	4.453	Diversas.....	12c	76.776	70.833
Despesas Antecipadas		965	647	RESULTADO DE EXERCÍCIOS			
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		113.824	20.513	FUTUROS		11.081	13.320
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	7a	96.467	12.164	Rendas Antecipadas		11.081	13.320
Depósitos Interfinanceiros Ligados.....		96.467	12.164	Descontos Obtidos a Diferir	17	11.081	13.320
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		16.364	7.778	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		60.023	55.964
Carteira Própria.....	8a	-	5.299	Capital Social.....	18a	89.398	70.398
Instrumentos Financeiros Derivativos		16.364	-	Reservas de Capital.....	23	270	169
Vinculados à Prestação de Garantias	8d.1.1	-	2.479	Ajuste de Avaliação Patrimonial		1.942	790
Operações de Arrendamento Mercantil	8a	-	-	Prejuízos Acumulados.....		(31.587)	(15.393)
Arrendamentos e Subarrendamentos a Receber - Setor Privado		475.656	388.416	TOTAL DO PASSIVO		1.122.057	810.919
(-) Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil - Setor Privado		(475.656)	(388.416)				
Arrendamentos e Subarrendamentos a Receber - Setor Público		122.346	21.348				
(-) Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil - Setor Público.....		(122.346)	(21.348)				
Outros Valores e Bens		993	571				
Despesas Antecipadas		993	571				
PERMANENTE		960.152	714.675				
Imobilizado de Uso		612	534				
Outras Imobilizações de Uso		1.011	705				
Gastos em Imóveis de Terceiros		-	623				
(-) Depreciações Acumuladas.....		(400)	(350)				
(-) Amortização de Gastos em Imóveis de Terceiros.....		-	(444)				
Imobilizado de Arrendamento	13c	959.364	713.908				
Bens Arrendados		1.313.320	1.155.922				
Superveniências de Depreciações	9 e 10a	107.906	72.518				
Perdas de Arrendamento a Amortizar		39.124	12.276				
(-) Depreciações Acumuladas.....	13c	(485.460)	(523.201)				
(-) Amortização de Perdas de Arrendamento		(15.526)	(3.607)				
Intangível		177	233				
Licenças de Uso - Software		434	429				
(-) Amortização de Licença de Uso - Software		(257)	(196)				
TOTAL DO ATIVO		1.122.057	810.919				

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 - (Em milhares de reais - R\$)						
	Nota Explicativa	Capital Social	Reservas de Capital	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Prejuízos Acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013		70.398	143	841	(15.230)	56.152
Plano de Pagamento Baseado em Ações	23	-	26	-	-	26
Ajuste de Avaliação Patrimonial		-	-	(51)	-	(51)
Prejuízo Líquido do Exercício		-	-	-	(163)	(163)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 (Reapresentado)		70.398	169	790	(15.393)	55.964
Aumento de Capital (homologado em 16/01/2015).....	18a	19.000	-	-	-	19.000
Plano de Pagamento Baseado em Ações	23	-	101	-	-	101
Ajuste de Avaliação Patrimonial		-	-	1.152	-	1.152
Prejuízo Líquido do Exercício		-	-	-	(16.194)	(16.194)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015		89.398	270	1.942	(31.587)	60.023
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2015		89.398	270	1.158	(19.368)	71.458
Plano de Pagamento Baseado em Ações		-	-	-	-	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial		-	-	784	-	784
Prejuízo Líquido do Semestre		-	-	-	(12.219)	(12.219)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015		89.398	270	1.942	(31.587)	60.023

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 - (Em milhares de reais - R\$)

1. CONTEXTO OPERACIONAL - A SG Equipment Finance S.A. - Arrendamento Mercantil ("Sociedade") tem por objeto social a prática das operações de arrendamento mercantil definidas pela Lei nº 6.099, de 12 de setembro de 1974. Suas operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integralmente no mercado financeiro, tendo certas operações a co-participação ou a intermediação de instituições associadas, integrantes do Conglomerado Financeiro Société Générale Brasil. O benefício dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, segundo critérios de praticabilidade e razoabilidade, em conjunto ou individualmente. A parte principal das captações é proveniente da matriz no exterior do Grupo Société Générale – Paris, e atualmente, vem sendo feitas através de depósitos interfinanceiros com o Banco Société Générale Brasil S.A., cujo suporte financeiro será mantido pelo controlador.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), no que forem aplicáveis. Em decorrência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade ("IFRS"), o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, porém nem todos homologados pelo BACEN. Dessa forma, a Sociedade, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN: **a)** CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos - homologado pela Resolução BACEN nº 3.566/08; **b)** CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa - homologado pela Resolução BACEN nº 3.604/08; **c)** CPC 05 - Divulgação sobre Partes Relacionadas - homologado pela Resolução BACEN nº 3.750/09; **d)** CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações - homologado pela Resolução BACEN nº 3.989/11; **e)** PC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro - Homologado pela Resolução BACEN nº 4.007/11; **f)** CPC 24 - Evento Subsequente - homologado pela Resolução BACEN nº 3.973/11; **g)** CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e

Ativos Contingentes - homologado pela Resolução BACEN nº 3.823/09; **h)** Pronunciamento Conceitual Básico (R1) – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro - homologado pela Resolução BACEN nº 4.144/12. Atualmente não é possível estimar quando o BACEN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC e se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva. Foram efetuadas representações nas demonstrações financeiras e notas explicativas de 31 de Dezembro de 2014 para melhor comparação com as informações de 31 de Dezembro de 2015, conforme segue:

	2014 Original	2014 Ajustes	2014 Reapresentado
a) Balanço Patrimonial:			
Circulante - Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias	1.677	154	1.831
Circulante - Outras Obrigações - Diversas	56.209	(1.036)	55.173
Prejuízos Acumulados.....	(16.275)	882	(15.393)
Patrimônio Líquido.....	55.082	882	55.964
Referem-se ao ajuste do saldo de provisão da comissão de garantia sobre o empréstimo com o Banco KFW e do recálculo dos impostos em função desta adição à sua base de cálculo.			
b) Demonstrações do Resultado:			
Outras Receitas Operacionais.....	2.583	1.036	3.619
Contribuição Social Corrente.....	(2.245)	(154)	(2.399)
Prejuízo do Exercício.....	(1.045)	882	(163)
Referem-se ao ajuste do saldo de provisão da comissão de garantia sobre o empréstimo com o Banco KFW e do recálculo dos impostos em função desta adição à sua base de cálculo.			
c) Demonstrações dos Fluxos de Caixa:			
Prejuízo do Exercício.....	(1.045)	882	(163)
Varição de Ativos e Obrigações - Aumento em Outras Obrigações.....	21.390	(882)	20.508

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 (Em milhares de reais - R\$, exceto o prejuízo por lote de mil ações)				
	Nota Explicativa	2º Semestre 2015	Exercício 2015	Exercício 2014 (Reapresentado)
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		283.009	515.654	335.686
Receita de Operações de Arrendamento Mercantil		226.003	422.067	321.468
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários.....		5.766	10.147	8.742
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	8d.1.2	51.240	83.440	5.476
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(276.347)	(499.275)	(317.649)
Operações de Captações no Mercado	15b	(22.189)	(38.466)	(19.051)
Despesa de Operações de Arrendamento Mercantil		(156.673)	(298.172)	(249.888)
Operações de Empréstimos e Repasses	16c	(84.173)	(140.679)	(49.499)
Provisão para Operações de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa	11	(13.312)	(21.958)	789
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA - OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS..		6.662	16.379	18.037
Receitas de Prestação de Serviços.....		2.161	2.497	2.615
Rendas de Tarifas Bancárias		71	130	61
Despesas de Pessoal.....		(6.697)	(12.097)	(9.131)
Outras Despesas Administrativas	20	(4.304)	(7.093)	(5.557)
Despesas Tributárias.....		(2.779)	(5.293)	(3.020)
Outras Receitas Operacionais.....	21	1.230	2.424	3.619
Outras Despesas Operacionais.....	22	(594)	(793)	(290)
RESULTADO OPERACIONAL		(4.250)	(3.846)	6.334
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		304	1.150	69
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO		(3.946)	(2.696)	6.403
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	14	(8.273)	(13.498)	(6.566)
Imposto de Renda Corrente.....		3.111	-	-
Contribuição Social Corrente.....		(2.183)	(4.651)	(2.399)
Ativo Fiscal Diferido.....		(9.201)	(8.847)	(4.167)
PREJUÍZO LÍQUIDO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO		(12.219)	(16.194)	(163)
PREJUÍZO POR LOTE DE MIL AÇÕES - R\$		(3.798)	(5.019)	(63)

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 - (Em milhares de reais)

	Nota Explicativa	2º Semestre 2015	Exercício 2015	Exercício 2014 (Reapresentado)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Prejuízo do Semestre/Exercício ...		(12.219)	(16.194)	(163)
Ajustes que não afetam o Fluxo de Caixa.....		144.953	329.471	153.816
Depreciações e Amortizações ...		151.529	287.351	141.541
Insuficiência (Superveniência) de Depreciação	9	(36.806)	(35.388)	(21.339)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos		9.961	9.881	4.725
Varição Cambial de Empréstimos		6.870	45.523	29.699
Plano de Pagamento Baseado em Ações.....	23	-	101	26
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos e Valores Mobiliários		87	45	(47)
Provisão para Operações de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa	11	13.312	21.958	(789)
Lucro Líquido do Semestre/Exercício Ajustado		132.734	313.277	153.653
Varição de Ativos e Obrigações .		146.027	218.623	197.784
Aumento (Redução) em Operação de Arrendamento Mercantil		(2.928)	567	(4.494)
Aumento em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		(15.436)	(84.303)	(12.164)
(Aumento) Redução de Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		(13.533)	4.483	80.435
(Aumento) Redução de Outros Créditos.....		(953)	4.273	(1.984)
(Aumento) Redução de Outros Valores e Bens.....		(1.034)	(1.508)	1.589
Aumento em Outras Obrigações.		154.365	142.117	20.508
Aumento em Depósitos Interfinanceiros.....		27.301	155.233	111.080
(Redução) Aumento em Resultado de Exercícios Futuros.....		(1.755)	(2.239)	2.814
Caixa Líquido proveniente das Atividades Operacionais		278.761	531.900	351.437
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Aquisição de Imobilizado de Arrendamento		(291.857)	(715.971)	(382.672)
Alienação de Imobilizado de Arrendamento		26.232	218.849	133.105
Aquisição de Imobilizado de Uso		(708)	(726)	(207)
Alienação de Imobilizado de Uso		412	412	18
Aquisição de Ativo Intangível		-	(5)	(241)
Alienação de Ativo Intangível.....		-	-	67
Caixa Líquido usado nas Atividades de Investimento		(265.921)	(497.441)	(249.930)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Aumento de Capital.....	18a	-	19.000	-
Aumento (Redução) em Obrigações por Empréstimos e Repasses.....		(1.708)	(42.328)	(101.515)
Caixa Líquido oriundo das (investido nas) Atividades de Financiamento		(1.708)		

SOCIETE GENERALE SG Equipment Finance S.A. - Arrendamento Mercantil

Corporate & Investment Banking

(pertencente ao Sistema Financeiro Societé Générale Brasil)

CNPJ 62.816.426/0001-75

Alameda Rio Negro, 150 - 20º andar - Ed. West Tower

Torre B - Alphaville Empresarial

CEP 06454-000 - Barueri - SP

Telefone: 0xx11 2666-2281

www.sgef.com.br

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

	2014	2014	2014
	Original	Ajustes	Reapresentado
d) Nota Explicativa 12 - Outros Créditos e Outras Obrigações:			
Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias.....	20.364	154	20.518
Outras Obrigações - Diversas.....	127.042	(1.036)	126.006

Referem-se ao ajuste do saldo de provisão da comissão de garantia sobre o empréstimo com o Banco KFW e do recálculo dos impostos em função desta adição à sua base de cálculo.

	2014	2014	2014
	Original	Ajustes	Reapresentado
e) Nota Explicativa 14 - Imposto de Renda e Contribuição Social:			
Lucro antes do I.R. e da C.S.....	5.367	1.036	6.403
Expectativa de crédito (despesa) - I.R. (1.342) (259) (1.601)			
Expectativa de crédito (despesa) - I.R. (806) (154) (960)			
Prejuízo Fiscal e Base Negativa - C.S. 1.593 (259) 1.334			
Prejuízo Fiscal e Despesa - C.S. (2.245) (154) (2.399)			
Total da Despesa Contribuição Social. (1.807) (154) (1.961)			
Prejuízo Fiscal (nota de rodapé) 71.998 (1.036) 70.962			
Montante (prejuízo fiscal e diferenças temporárias) 77.772 (1.036) 76.736			
I.R. Diferido (nota de rodapé) 19.443 (259) 19.184			

Referem-se ao ajuste do saldo de provisão da comissão de garantia sobre o empréstimo com o Banco KFW e do recálculo dos impostos em função desta adição à sua base de cálculo.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS - As principais práticas contábeis de avaliação dos elementos patrimoniais são as seguintes: **a) Apuração do resultado:** As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério "pro rata" dia para aquelas de natureza financeira. As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relacionadas a operações com o exterior, as quais são calculadas com base no método linear. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até as datas dos balanços. **b) Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, e sendo utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo, de acordo com a Resolução BACEN nº 3.604/08. **c) Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos:** De acordo com o estabelecido pela Circular nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, segundo a intenção da Administração, conforme segue: • Títulos para negociação; • Títulos disponíveis para venda; e • Títulos mantidos até o vencimento. Os títulos classificados como "para negociação" e "disponíveis para venda" são avaliados pelo seu valor de mercado, e os classificados como "mantidos até o vencimento" são avaliados pelo seu custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços. Os ajustes a valor de mercado dos títulos classificados como "para negociação" são contabilizados em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do exercício. Os ajustes a valor de mercado dos títulos classificados como "disponíveis para venda" são contabilizados em conta destacada do patrimônio líquido denominada "Ajustes de avaliação patrimonial", líquido dos efeitos tributários. Os instrumentos financeiros derivativos são compostos por operações de futuros, os quais têm o valor dos ajustes diários contabilizado em conta de ativo ou passivo e apropriado como receita ou despesa. Os instrumentos financeiros derivativos designados como parte de uma estrutura de proteção contra riscos ("hedge") podem ser classificados como: I - "hedge" de risco de mercado; e II - "hedge" de fluxo de caixa. Os instrumentos financeiros derivativos destinados a "hedge" e os respectivos objetos de "hedge" são ajustados ao valor de mercado, observado o seguinte: (1) Para aqueles classificados como hedge de risco de mercado, a valorização ou a desvalorização é registrada em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, no resultado; e (2) Para aqueles classificados como hedge de fluxo de caixa, a valorização ou desvalorização é registrada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários. **d) Arrendamentos a receber:** Os arrendamentos a receber são atualizados monetariamente de acordo com as condições determinadas nos contratos de arrendamento e o efeito é creditado na conta de "Rendas a apropriar de arrendamento mercantil". As contraprestações de arrendamento são registradas como receitas da intermediação financeira - "Operações de arrendamento mercantil" pelo regime de imputação das respectivas parcelas, conforme prevê a legislação aplicável. **e) Rendas de arrendamento:** As rendas das operações de arrendamento que estiverem vencidas há mais de 59 dias, independentemente de seu nível de risco, somente serão reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível "H" permanecerão nessa classificação por seis meses, quando então serão baixadas contra a provisão existente e passarão a ser controladas em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial. **f) Depreciação:** A depreciação dos bens de imobilizado de uso é calculada pelo método linear, de acordo com a vida útil estimada dos bens. A depreciação dos bens do imobilizado de arrendamento é calculada pelo método linear, no prazo usual de vida útil, reduzido em 30% com amparo da Portaria nº 113/88 do Ministério da Fazenda, apenas quando o arrendatário for pessoa jurídica e o prazo do contrato de arrendamento mercantil for equivalente ao no mínimo 40% do prazo de vida útil do bem arrendado. Essa depreciação é contabilizada a débito de despesas da intermediação financeira - operações de arrendamento mercantil. **g) Valores residuais garantidos:** Os valores residuais garantidos, os quais representam as opções de compra a vencer, bem como suas respectivas atualizações, são registrados na rubrica de "Valores residuais a realizar", tendo como contrapartida a rubrica de "Valores residuais a balancear". **h) Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa:** As operações de arrendamento mercantil são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução BACEN nº 2.682/99 que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (perda). As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, com o mesmo "rating" em que estavam classificadas. As renegociações de operações de arrendamento mercantil que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas no nível "H" e os eventuais ganhos provenientes da renegociação só são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos. **i) Perdas de arrendamento a amortizar:** Correspondem a perdas apuradas na venda de bens pelo valor residual dos contratos que são amortizados pelo respectivo prazo remanescente de vida útil dos bens arrendados. O saldo correspondente às perdas a amortizar, para efeito das demonstrações financeiras, está reclassificado para a rubrica de bens arrendados. **j) Superveniência ou insuficiência de depreciação:** Na apuração do resultado do exercício é efetuado o cálculo do valor presente dos arrendamentos financeiros a receber, utilizando-se a taxa interna de retorno de cada contrato. O valor assim apurado é comparado com o saldo residual contábil dos bens arrendados e operações de arrendamento, registrando-se a diferença em insuficiência de depreciação, se negativa, ou superveniência de depreciação, se positiva. A superveniência de depreciação é registrada no resultado, na rubrica de "Operações de arrendamento mercantil", e a insuficiência de depreciação, quando apurada, é registrada também no resultado, como despesa, na rubrica de "Operações de arrendamento mercantil", tendo como contrapartida o registro em bens arrendados. O efeito do imposto de renda sobre essa diferença é diferido. **k) Arrendamento e intermediação de valores:** Os ajustes a receber ou a pagar das operações do mercado futuro foram registrados na conta "Outros créditos - Negociação e intermediação de valores" ou "Outras obrigações - Negociação ou intermediação de valores. **l) Intangível:** Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Sociedade ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis são amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico e, estão sujeitos

ao teste de recuperabilidade, de acordo com critérios estabelecidos pelo CPC 1º, referendado pela Resolução CMN nº 3.566/08. **m) Obrigações por empréstimos:** São demonstradas pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço reconhecidos em base "pro rata" dia. **n) Atualização monetária de direitos e obrigações:** Os direitos e as obrigações, legal ou contratualmente sujeitos a índices de atualização, são atualizados até as datas dos balanços. As contrapartidas dessas atualizações são refletidas no resultado do exercício. **o) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com as determinações estabelecidas no Pronunciamento Técnico nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovado pela Resolução BACEN nº 3.823/09. • Ativos contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos; • Provisões - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança; • Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão e divulgação; e • Obrigações legais - fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais, nas quais estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras e atualizados de acordo com a legislação fiscal. • Os depósitos judiciais são mantidos em conta de ativo, sem serem deduzidos das provisões para passivos contingentes, em atendimento às normas do BACEN. **p) Imposto de renda e contribuição social:** A provisão para imposto de renda é constituída com base no lucro tributável à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 120 ao semestre. A contribuição social apurada sobre o lucro tributável, na forma da legislação em vigor, é calculada à alíquota de 20%. **q) Redução ao valor recuperável de ativos:** Os ativos financeiros estão sujeitos a avaliação ao valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores. **r) Partes relacionadas:** A divulgação de informações sobre as partes relacionadas são efetuadas em consonância a Resolução CMN nº 3.750, que determinou a adoção do Pronunciamento Técnico - CPC 05, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, referente à divulgação de informações sobre as partes relacionadas. **s) Mensuração a valor de mercado:** A metodologia aplicada para mensuração do valor de mercado (valor provável de realização) dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos é baseada no cenário econômico e nos modelos de precificação desenvolvidos pela Administração, que incluem a captura de preços médios praticados no mercado, dados divulgados pelas diversas associações de classe, o valor das cotas de fundos de investimento divulgados pelos seus administradores, bolsas de valores e bolsas de mercadorias e de futuros, aplicáveis para a data-base do balanço. Assim, quando da efetiva liquidação financeira destes itens, os resultados poderão eventualmente vir a ser diferentes dos estimados. **t) Uso de estimativas contábeis:** A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração efetue certas estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de certos ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como: (i) o valor de mercado de determinados ativos e passivos financeiros; (ii) as taxas de depreciação dos itens do ativo imobilizado; (iii) amortizações de ativos intangíveis e (iv) provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes de operações de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa e dos passivos contingentes. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas. **u) Resultado por ação:** A divulgação do lucro (prejuízo) por ação é apresentada pela divisão do lucro líquido (prejuízo) do período pela quantidade total de ações.

4. GERENCIAMENTO DE RISCOS - O nível de risco aceitável na condução dos negócios é definido pela Alta Administração da SG Equipment Finance S.A. - Arrendamento Mercantil ("Sociiedade"), em conjunto com a matriz do grupo em Paris. Os diferentes tipos de risco são formalmente identificados e permanentemente monitorados por unidades especializadas, independentes das unidades de negócio. Essas unidades garantem que a exposição não ultrapasse os limites e critérios preestabelecidos e reportam a exposição e eventuais excessos à Alta Administração. A avaliação de todos os riscos é parte integrante da tomada de qualquer decisão estratégica na Sociedade. O processo de Gerenciamento de Riscos é realizado de forma consolidada no Brasil pelo Banco Societé Générale Brasil S.A. (instituição líder do conglomerado). **I. Risco de crédito:** Em linha com as melhores práticas, o gerenciamento de Risco de Crédito é um processo contínuo e evolutivo do mapeamento, da aferição e do diagnóstico dos modelos, dos instrumentos, das políticas e dos procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos. As políticas observam cuidados relacionados à análise da capacidade de pagamento do tomador, além de levar em conta parâmetros de concentração, concessão, exigência de garantias e prazos que não comprometam a qualidade esperada da carteira. **II. Risco de mercado:** A área de Risco de Mercado do Banco Societé Générale Brasil S.A. ("instituição líder") é gerenciada por meio de metodologias e modelos condizentes com a realidade dos mercados nacional e internacional, permitindo embasar as decisões estratégicas do Grupo Societé Générale Brasil com agilidade, transparência e alto grau de confiança. É a área responsável pela implementação da estrutura de risco de mercado no Grupo Societé Générale Brasil, sendo independente das áreas de negócio, com funções específicas, responsabilidades claramente definidas e instrumentos apropriados que lhe possibilitam a identificação, a avaliação, o monitoramento e o controle dos riscos, estabelecendo padrões e procedimentos de gestão de risco em conformidade com as recomendações do BACEN. Além disso, possui os recursos humanos adequados para estruturar o processo de gerenciamento de risco, em conformidade com normas internas e externas. Essa área informa a Alta Administração sobre a exposição aos riscos de mercado e divulga as informações sobre o risco de mercado aos órgãos reguladores, bem como as linhas de negócios internas e externas. **III. Risco de liquidez:** O gerenciamento do risco de liquidez tem por objetivo controlar os diferentes descasamentos dos prazos de liquidação de direitos e obrigações, assim como a liquidez dos instrumentos financeiros utilizados na gestão das operações. **IV. Risco operacional:** Conforme a Resolução BACEN 3.380, de 29 de junho de 2006, a Sociedade identifica e monitora a sua exposição ao risco operacional através de vários instrumentos, compatíveis com a natureza, o volume e a complexidade de suas atividades, sendo eles: i) análise sistemática das perdas operacionais históricas; ii) monitoramento mensal de indicadores de riscos; iii) controles internos permanentes e periódicos (auditorias) com planos de ações corretivas; iv) controles de conformidade e de prevenção à lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo ("Compliance"); v) plano de continuidade de negócios; e vi) campanhas de conscientização dos colaboradores. Os resultados deste conjunto de instrumentos são revisados periodicamente por um comitê dedicado na instituição líder, no intuito de tomar as ações mitigantes consideradas necessárias. Para efeito de alocação de capital regulatário, previsto no art. 1º da Circular nº 3.640, de 04 de março de 2013 e alterada pela Circular nº 3.675, de 31 de outubro de 2013, o Conglomerado adotou a Abordagem Padronizada Alternativa Simplificada. A divulgação das informações consolidadas referentes à gestão de riscos, à apuração do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA) e à apuração do Patrimônio de Referência (PR) conforme requerido pela Circular BACEN no 3.678, de 31 de outubro de 2013, alterada pela Circular nº 3.716, de 21 de agosto de 2014, estão publicadas em nosso sítio no endereço eletrônico www.sgbrasil.com.br, seção Gestão de Riscos. Além disso, a SG Equipment Finance S.A. - Arrendamento Mercantil ("Sociiedade") mantém em seu sítio (www.sgef.com.br) um vínculo direcionando à instituição líder (www.sgbrasil.com.br) na nota: Institucional/Gestão de Riscos.

5. GERENCIAMENTO DE CAPITAL - O Conglomerado do Grupo Societé Générale Brasil S.A. realiza a gestão de seu Capital Regulatório de forma

descentralizada, ficando cada instituição financeira integrante individualmente responsável pelos respectivos gerenciamento de capital e avaliações de possíveis impactos oriundos dos riscos associados às empresas não financeiras sob sua gestão. A atividade é realizada através de Estruturas de Gerenciamento de Capital individuais, compostas de técnicas, ferramentas, processos e responsabilidades voltadas ao planejamento e monitoração de seu respectivo Capital de acordo com os requerimentos definidos na Política de Gerenciamento de Capital do Conglomerado prevendo: i. Mecanismos para a identificação e avaliação dos riscos relevantes incorridos, inclusive aqueles não cobertos pelo Patrimônio de Referência Exigido (PRE), com respectivos indicadores calibrados conforme apetite de riscos estabelecidos para a empresa e periodicamente reportados à diretoria e conselho de administração; ii. Plano de capital abrangendo o horizonte de três anos; iii. Simulações de eventos severos e condições extremas de mercado (testes de estresse) e avaliação de seus impactos no capital. O dimensionamento das Estruturas é adequado ao nível de complexidade dos respectivos produtos e operações, sendo a coordenação entre as Estruturas realizada através do COMITÊ DE GESTÃO DE CAPITAL, RISCOS DE LIQUIDEZ E MERCADO GRUPO (CGRLMG), que se reúne mensalmente.

	2015	2014
Disponibilidades.....	11.158	27
Total.....	11.158	27

7. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

a) O saldo de aplicações em depósitos interfinanceiros refere-se às aplicações em CDI Pós junto ao Banco Societé Générale Brasil S.A. ("instituição líder"), com vencimentos em 2017.

	2015	2014
Aplicações depósitos interfinanceiros ligada (nota explicativa nº 19 a).....	96.467	12.164
Longo Prazo.....	96.467	12.164

	2015	2014
Resultado com aplicações em depósitos interfinanceiros ligada:		
Rendas de aplicações CDI ligadas (nota explicativa nº 19 a).....	6.952	4.166
Total.....	6.952	4.166

8. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS - a) Classificação dos títulos e valores mobiliários em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014 por categoria:

	2015		2014	
	Valor de Curva	Valor de Mercado	Valor de Curva	Valor de Mercado
Títulos e Valores Mobiliários				
Letras do Tesouro Nacional - LTN.....				
Livres:.....	13.959	13.955	37.907	37.850
Títulos disponíveis para venda-LTN.....	13.959	13.955	37.907	37.850
Vinculados à Prestação de Garantias:				
Títulos disponíveis para venda-LTN.....	8.703	8.701	11.975	11.954
Total.....	22.662	22.656	49.882	49.804

Conforme previsto na Circular no 3.068/01 do BACEN, a partir de 30 de Junho de 2014, a Sociedade reavaliou a classificação de seus títulos e valores mobiliários, reclassificando-os da categoria "Títulos para negociação" para a categoria "Títulos disponíveis para venda". A reclassificação visa à aderência com a atual gestão de riscos do grupo. Dessa forma, o efeito da "marcação a Mercado" passou a impactar diretamente o Patrimônio Líquido, e não mais o Resultado. a.1) Marcação a mercado dos títulos classificados na categoria "disponível para venda":

Em 31 de Dezembro de 2015					
	Valor de Curva	Valor de Mercado	Ajuste Mtm	Imposto de Renda	Saldo Mtm Líquido
Letras do Tesouro Nacional - LTN.....	22.662	22.656	(6)	3	(3)
Total.....	22.662	22.656	(6)	3	(3)

Em 31 de Dezembro de 2014					
	Valor de Curva	Valor de Mercado	Ajuste Mtm	Imposto de Renda	Saldo Mtm Líquido
Letras do Tesouro Nacional - LTN.....	49.882	49.804	(78)	31	(47)
Total.....	49.882	49.804	(78)	31	(47)

b) Composição por prazo de vencimento:

	2015		2014	
	Títulos Disponíveis para Venda	Total	Títulos Disponíveis para Venda	Total
A vencer de 3 a 12 meses:.....	22.656	22.656	42.026	42.026
A vencer de 1 a 3 anos:.....	-	-	7.778	7.778
Total.....	22.656	22.656	49.804	49.804

c) Composição por emissor:

	2015		2014	
	Operações de Swap:		Operações de Swap:	
Privados - Banco Societé Générale Brasil (saldo líquido).....	29.477	6.812	29.477	6.812
Títulos disponíveis para venda				
Públicos - Governo Federal.....	22.656	49.804	22.656	49.804

d) Instrumentos financeiros derivativos:

	2015		2014	
	Ativo (Passivo)	Receita (Despesa)	Ativo (Passivo)	Receita (Despesa)
Diferencial a receber.....	29.477	34.067	6.812	13.341
Diferencial a pagar.....	-	(6.812)	-	(12.032)
Total (nota explicativa nº 19 a).....	29.477	27.255	6.812	1.309

d.1.1) Composição por prazo de vencimento:

	2015		2014	
	A vencer até 12 meses:		A vencer após 12 meses:	
A vencer até 12 meses:.....	13.113	6.812	16.364	-
A vencer após 12 meses:.....	16.364	-	29.477	6.812

d.1.2) Demonstrativo do resultado apurado com os instrumentos financeiros derivativos:

	2015	2014
Operações de swap:.....	27.255	1.309
Mercado futuro:.....	56.185	4.167
Total.....	83.440	5.476

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados são, principalmente, os de alta liquidez nos mercados futuros (BM&FBOVESPA), os quais são avaliados ao valor de mercado diariamente através de ajustes diários das posições ativas e passivas. A seguir, demonstramos a relação dos derivativos avaliados a mercado em 31 de Dezembro de 2015:

	Valor de Referência				
	Operações registradas na BM&FBovespa	Operações registradas na CETIP	Total	Curva Mercado	
Indexador					
Dólar x Pré (Fluxo de Caixa).....	-	44.419	44.419	21.095	29.477

d.2) Mercado Futuro:

	2015		2014	
	Valor dos Contratos	Ajuste a receber (pagar)	Valor dos Contratos	Ajuste a receber (pagar)
DDI.....	179.256	3.348	193.682	(3.034)
DI.....	100.739	8	144.193	(148)
Total.....	279.995	3.356	337.875	(3.182)

Os ajustes a receber ou a pagar das operações do mercado futuro foram

continua

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Em milhares de reais - R\$)

registrados na conta "Outros créditos - Negociação e intermediação de valores registrados" ou "Outras obrigações - Negociação ou intermediação de valores".

Em 31 de Dezembro de 2015

	Valores referenciais				Total de Contratos
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	
Futuros	10.822	3.746	265.427	-	279.995
Total	10.822	3.746	265.427	-	279.995

Em 31 de Dezembro de 2014

	Valores referenciais				Total de Contratos
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	
Futuros	53.097	73.997	210.781	-	337.875
Total	53.097	73.997	210.781	-	337.875

A margem dada em garantia das operações negociadas na BM&FBOVESPA com instrumentos financeiros derivativos é composta por títulos públicos federais registrados como "Títulos e Valores Mobiliários - Vinculados", no montante de R\$ 8.701 (R\$ 11.954 em 2014). O valor de mercado dos derivativos foi apurado com base nas taxas médias divulgadas pela BM&F BOVESPA.

d.3) Derivativos utilizados como instrumentos de hedge accounting: A estratégia de hedge accounting de fluxo de caixa da Sociedade é determinada com o objetivo de reduzir a volatilidade no resultado gerado pela contratação de empréstimos em dólar junto à matriz do grupo Socié Générale no exterior, em Paris e em sua subsidiária em Nova York, e seu hedge realizado com instrumentos financeiros derivativos no mercado local. A estrutura visa mitigar os riscos devidos à variação de preços de moedas (variação cambial) e à variação das taxas de juros. A estrutura de hedge, composta pelo empréstimo - objeto de hedge e os derivativos - instrumentos de hedge, é assim categorizada, observadas as regras legais para a qualificação de hedge, conforme estabelecido pela Circular nº 3.082 do BACEN. As estruturas de hedge são montadas observando a liquidez do mercado, o alinhamento das datas de vencimentos dos derivativos com a dos empréstimos, alinhamento da quantidade de contratos de derivativos face o montante do empréstimo, reduzindo desta forma, o risco de não efetividade destas estruturas. A volatilidade gerada pela marcação a mercado dos derivativos futuros é registrada no patrimônio líquido, sendo que a parcela não-efetiva é reclassificada para resultado. A avaliação mensal da efetividade dessas estratégias é realizada considerando as análises prospectiva e retrospectiva, cujo intervalo deve estar entre 80% e 125%. Na Sociedade, atualmente esta efetividade é de 100%, em média. O valor de mercado dos derivativos foi apurado com base nas taxas médias divulgadas pela BM&FBOVESPA. Os vencimentos dos derivativos ocorrerão entre 2016 e 2017. Os derivativos utilizados como instrumentos de hedge são representados como segue:

Hedge de Fluxo de Caixa:

Em 31 de Dezembro de 2015:

Objeto de hedge	Valor na Curva	Valor de Mercado	Ajuste a Valor de Mercado
Captações externas - empréstimos	(176.761)	(176.081)	680
Instrumento de hedge	Valor na Curva	Valor de Mercado	Ajuste a Valor de Mercado
Contratos de futuros - ativo DDI	179.582	176.100	(3.482)
Contratos de futuros - ativo DI	(106.787)	(100.449)	6.338

Em 31 de Dezembro de 2014:

Objeto de hedge	Valor na Curva	Valor de Mercado	Ajuste a Valor de Mercado
Captações externas - empréstimos	(139.807)	(143.052)	(3.245)
Instrumento de hedge	Valor na Curva	Valor de Mercado	Ajuste a Valor de Mercado
Contratos de futuros - ativo DDI	143.260	143.039	(221)
Contratos de futuros - ativo DI	(116.565)	(111.705)	4.860

9. SUPERVENIÊNCIA/INSUFICIÊNCIA DE DEPRECIACÃO - No exercício findo em 31 de Dezembro de 2015, foi registrada superveniência de depreciação no valor de R\$ 35.388 (R\$ 21.339 em 2014), estando registrada contabilmente nas contas relacionadas às operações de arrendamento mercantil, na Demonstração de Resultado, e no Balanço Patrimonial o valor de R\$ 107.906 (R\$ 72.518 em 2014).

10. OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL - Os contratos de

arrendamento mercantil estão registrados pelos seus valores presentes, apurados com base na taxa interna de retorno de cada contrato. Esses contratos, em atendimento às normas do BACEN, são apresentados em diversas contas patrimoniais, as quais são resumidas conforme segue:

a) Composição do valor presente dos arrendamentos mercantil financeiro:

	2015	2014
Arrendamentos a receber - setor privado	778.769	626.305
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil	(773.019)	(620.805)
Arrendamento a receber - setor público	180.329	55.951
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil	(180.329)	(55.149)
Imobilizado de arrendamento, líquido de depreciação	811.445	611.752
Superveniência de depreciação (nota explicativa nº 13a e 13c)	107.906	72.518
Perdas em arrendamento a amortizar líquidas (nota explicativa nº 13 a)	23.598	8.669
Credeiros por antecipação de valor residual (nota explicativa nº 12 c)	(83.118)	(79.773)
Valor presente dos contratos de arrendamento mercantil	<u>865.581</u>	<u>619.468</u>

a.1) Composição do arrendamento financeiro por vencimento:

Prazo:	2015		2014	
	Valor	%	Valor	%
Vencidas a partir de 15 dias	2.466	0,3%	938	0,1%
A vencer até 3 meses	109.539	12,6%	93.911	15,2%
A vencer de 3 a 12 meses	250.944	29,0%	189.388	30,6%
A vencer de 1 a 3 anos	374.799	43,3%	269.656	43,5%
A vencer de 3 a 5 anos	121.032	14,0%	57.429	9,3%
A vencer de 5 a 15 anos	6.801	0,8%	8.146	1,3%
Total	<u>865.581</u>	<u>100,0%</u>	<u>619.468</u>	<u>100,0%</u>

a.2) Composição do arrendamento financeiro por atividade:

Setor Privado:	2015		2014	
	Valor	Percentual sobre o Total	Valor	Percentual sobre o Total
Indústria	94.292	10,9%	80.573	13,0%
Comércio	95.960	11,1%	119.932	19,4%
Instituição Financeira	42.575	4,9%	38.010	6,1%
Outros Serviços	456.236	52,7%	325.403	52,5%
Setor Público:	Valor	Percentual sobre o Total	Valor	Percentual sobre o Total
Outros Serviços	176.518	20,4%	55.550	9,0%
Total	<u>865.581</u>	<u>100,00%</u>	<u>619.468</u>	<u>100,00%</u>

a.3) Composição do arrendamento financeiro por maiores devedores:

	2015	2014
Principal devedor	153.439	55.550
10 seguintes maiores devedores	168.392	226.234
20 seguintes maiores devedores	137.025	169.807
50 seguintes maiores devedores	166.237	112.023
100 seguintes maiores devedores	130.326	50.821
Demais devedores	110.162	5.033
Total	<u>865.581</u>	<u>619.468</u>

b) Arrendamento operacional:

	2015	2014
Arrendamentos a receber - setor privado	16.690	19.409
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil	(16.690)	(19.409)
Total	-	-

b.1) Composição do arrendamento operacional por vencimento:

Prazo:	2015		2014	
	Valor	%	Valor	%
Vencidas a partir de 15 dias	49	0,3%	-	-
A vencer até 3 meses	3.972	23,8%	3.001	15,4%
A vencer de 3 a 12 meses	4.201	25,1%	4.751	24,5%
A vencer de 1 a 3 anos	5.501	33,0%	5.137	26,5%
A vencer de 3 a 5 anos	2.967	17,8%	6.520	33,6%
Total	<u>16.690</u>	<u>100,0%</u>	<u>19.409</u>	<u>100,0%</u>

b.2) Composição do arrendamento operacional por atividade:

Setor privado:	2015		2014	
	Valor	Percentual sobre o Total	Valor	Percentual sobre o Total
Indústria	596	3,6%	2.699	13,9%
Outros serviços	16.094	96,4%	16.710	86,1%
Total	<u>16.690</u>	<u>100,00%</u>	<u>19.409</u>	<u>100,00%</u>

11. PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE ARRENDAMENTO MERCANTIL DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

Em 31 de Dezembro de 2015, a provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa foi de R\$ 23.656 (R\$ 1.698 em 2014). O risco da carteira de arrendamento mercantil, a valor presente, e a provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa, conforme estabelecido na Resolução nº 2.682/99 do CMN, estavam assim distribuídos:

Nível de Risco	Percentual de Provisão	2015			2014			
		Curso Normal	Vencido	Total da Carteira	Curso Normal	Vencido	Total da Carteira	
AA	0,0%	588.612	44	588.656	-	589.997	240	590.237
A	0,5%	190.475	87	190.562	953	10.905	224	11.129
B	1,0%	58.674	254	58.928	589	7.153	219	7.372
C	3,0%	6.068	284	6.352	190	5.576	667	6.243
D	10,0%	36	14	50	5	1.439	217	1.656
E	30,0%	20.644	466	21.110	6.333	2.045	263	2.308
F	50,0%	1.321	39	1.360	680	-	-	-
G	70,0%	807	349	1.156	809	-	-	-
H	100,0%	12.578	1.519	14.097	14.097	309	214	523
Total		<u>879.215</u>	<u>3.056</u>	<u>882.271</u>	<u>23.656</u>	<u>617.424</u>	<u>2.044</u>	<u>619.468</u>

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é assim resumida:

	2015	2014
Saldo Inicial	1.698	2.487
Constituição	21.958	685
Reversão	-	(1.474)
Saldo final	<u>23.656</u>	<u>1.698</u>

12. OUTROS CRÉDITOS E OUTRAS OBRIGAÇÕES**a) Outros créditos - diversos:**

	2015	2014
Créditos tributários	3	31
Impostos a compensar	8.493	13.303
Devedores diversos Exterior	966	-
Devedores diversos País	33	3.671
Outros	106	225
Total	<u>9.601</u>	<u>17.230</u>

b) Outras obrigações - fiscais e previdenciárias:

	2015	2014
Provisão para impostos e contribuições	4.046	1.102
Impostos e contribuições a recolher	711	729
Provisão p/impsto de renda diferido s/superveniência de depreciação (*)	26.976	18.129
Provisão para imposto diferido sobre MTM	1.592	558
Total	<u>33.325</u>	<u>20.518</u>
Curto prazo	4.757	1.831
Longo prazo	28.568	18.687

(*) nota explicativa nº 14 c

c) Outras obrigações - diversas:

	2015	2014
Credeiros por antecipação de valor residual (nota explicativa nº 10 a)	83.118	79.773
Provisão para pagamentos a efetuar (i)	185.235	46.211
Valores a pagar a sociedade ligada (nota explicativa nº 19 a)	23	11
Credeiros diversos País - fianças	4	11
Total	<u>268.380</u>	<u>126.006</u>
Curto prazo	191.604	55.173
Longo prazo	76.776	70.833

(i) Refere-se, principalmente, ao pagamento a fornecedores de bens objeto de arrendamento mercantil, no montante de R\$ 162.169 (R\$ 36.475 em 2014), provisão de parcelas de arrendamento mercantil recebidas ante-

o seguro dos bens arrendados é efetuado pelos arrendatários, com cláusula de benefício em favor da arrendadora.

14. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social incidentes sobre as operações nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014:

	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	2015	2014	2015	2014
Lucro (Prejuízo) antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	(2.696)	6.403	(2.696)	6.403
Alíquota vigente	25%	25%	15%	15%
Expectativa de crédito (despesa) de Imposto de Renda e da Contribuição Social, de acordo com a alíquota vigente	674	(1.601)	404	(960)
Efeito do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre as diferenças permanentes:				
Juros indedutíveis - Lei 12.249/10	(1.873)	(1.280)	(1.124)	(768)
Despesas não-operacionais indedutíveis	-	-	-	-
Outros	(131)	(148)	(79)	(89)
Efeito do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre as diferenças temporárias, cujos créditos tributários não foram constituídos:				
Resultado com marcação a mercado	(58)	(1.135)	(34)	(681)
Provisão para devedores duvidosos	(5.490)	198	(3.294)	119
Outras diferenças temporárias	(231)	(35)	(139)	(20)
Superveniência	8.847	5.335	-	-
Prejuízo Fiscal e despesa com Contribuição Social	1.738	1.334	(4.266)	(2.399)
Ajuste de 5% da Alíquota da Contribuição Social (*)	-	-	(475)	-
Total Prejuízo Fiscal e despesa com Contribuição Social	1.738	-	(4.741)	-
Crédito Tributário sobre Superveniência	(8.847)	(5.335)	-	-
Reversão de Crédito Tributário sobre MTM	-	730	-	438
Outros ajustes	-	-	90	-
Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Crédito Tributário	<u>(8.847)</u>	<u>(4.605)</u>	<u>90</u>	<u>438</u>
Total da Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social	<u>(8.847)</u>	<u>(4.605)</u>	<u>(4.651)</u>	<u>(1.961)</u>

Em 21 de Maio de 2015, foi publicada a Medida Provisória nº 675 (MP 675/15), convertida na lei 13.169 em 06 de Outubro de 2015, que elevou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL dos setores financeiro e segurador de 15% para 20% do lucro tributável, a partir de 1º de Setembro de 2015. Em 31 de Dezembro de 2015, a Sociedade possui prejuízos fiscais de R\$ 77.913 (R\$ 70.962 em 2014) e diferenças temporárias referentes à provisão não dedutível de R\$ 29.647 (R\$ 5.774 em 2014), totalizando o montante de R\$ 107.560 (R\$ 76.736 em 2014), sobre os quais não foi contabilizado imposto de renda diferido (25%) no montante de R\$ 26.890 (R\$ 19.184 em 2014) e contribuição social (20% em 2015 e 15% em 2014) no montante de R\$ 5.929 (R\$ 866 em 2014), que será contabilizado quando atendidas todas as condições da Resolução BACEN nº 3.059/02.

b) Constituição (realização) do imposto de renda diferido:

	2015	2014
Base de cálculo: Superveniência (Insuficiência) de depreciação	107.906	72.518
Alíquota de imposto de renda	25%	25%
Constituição (realização) sobre diferenças temporárias	<u>26.976</u>	<u>18.129</u>

c) Movimentação do imposto de renda diferido:

	2015	2014
Saldo inicial	18.129	12.795
Adições (exclusões) líquidas	8.847	5.334
Saldo final (nota explicativa nº 12 b)	<u>26.976</u>	<u>18.129</u>

15. DIFERENÇAS TEMPORÁRIAS

a) O saldo de depósito interfinanceiro refere-se às captações em CDI Pré e Pós junto ao Banco Socié Générale Brasil S.A. ("instituição líder").

	2015	2014
Depósito interfinanceiro ligada (nota explicativa nº 19 a)	397.277	242.044
Total	<u>397.277</u>	<u>242.044</u>
Curto prazo	225.225	51.918
Longo prazo	172.052	190.126

b) Resultado com depósito interfinanceiro ligada:

	2015	2014
Variação CDI ligadas (nota explicativa nº 19 a)	<u>(38.466)</u>	<u>(19.051)</u>
Total	<u>(38.466)</u>	<u>(19.051)</u>

16. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

a) Captações no País - Resolução nº 2.921: Em 11 de outubro de 2012, a Sociedade captou empréstimo com o Banco HSBC Brasil, vinculado com base nos recebíveis de operações de arrendamento mercantil da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobrás, contratadas segundo a Resolução 2.921/02 do Banco Central do Brasil, no montante de R\$ 27.928, com juros de 0,54727% a.a. e taxa de 100% do CDI, e vencimento em 03 de outubro de 2016. Nova captação com essas mesmas características ocorreu em 28 de dezembro de 2012, desta vez no montante de R\$ 7.556, com juros de 0,558% a.a. e taxa de 100% do CDI, com vencimento em 03 de dezembro de 2016.

	2015	2014
Empréstimos no País - não ligadas	7.773	16.673
Total	<u>7.773</u>	<u>16.673</u>
Curto prazo	7.773	8.900
Longo prazo	-	7.773

b) Captações no Exterior: A Sociedade, no curso normal de seus negócios, possui operações denominadas em moeda estrangeira, decorrentes de obrigações por empréstimos, captados junto à matriz no exterior do grupo Socié Générale - Paris, com vencimentos até 2022, sujeitos à variação cambial e juros de até 4,73% ao ano, e que estão protegidos por instrumentos financeiros derivativos. Em 04 de Dezembro de 2013, a Sociedade captou empréstimo com o Banco KFW IPEX-Bank GmbH, no montante de R\$ 97.211, com juros de 1,968% a.a. e vencimento em 06 de Novembro de 2017.

	2015	2014
Obrigações por empréstimos no exterior - ligadas (*)	263.921	251.306
Obrigações por empréstimos no exterior - não ligadas	80.277	81.906
Total	<u>344.198</u>	<u>333.212</u>
Curto prazo	77.573	121.756
Longo prazo	266.625	211.456

(*) nota explicativa nº 19 a

c) Resultado com operações de empréstimos e repasses:

	2015	2014
Juros - não ligadas	(1.876)	(1.760)
Variação Cambial - não ligadas	(33.453)	(9.972)
Outros - não ligadas	(2.823)	(1.667)
Impostos - ligadas	(603)	(814)
Juros - ligadas	(15.803)	(9.495)

NOTAS EXPLICATIVAS  S DEMONSTRA OES FINANCEIRAS PARA OS EXERCICIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Em milhares de reais - R\$)

17. RESULTADO DE EXERCICIOS FUTUROS - Refere-se ao diferimento de desconto comercial obtido junto aos fornecedores, oriundos de opera es de arrendamento mercantil, no montante de R\$ 11.081 (R\$ 13.320 em 2014).

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO - **a) Capital Social:** O Capital Social   de R\$ 89.398 (R\$ 70.398 em 2014), representado por 3.257.358 a es (2.565.064 em 2014), sendo 1.628.679 a es ordinárias (1.282.532 em 2014) e 1.628.679 a es preferenciais (1.282.532 em 2014), sem valor nominal, pertencentes   acionista domiciliado no País. As a es preferenciais não têm direito a voto, porém ter o prioridade no caso de reembolso do Capital. Conforme Assembléa Geral Extraordinária realizada em 12 de Janeiro de 2015, foi deliberado o aumento do Capital Social da Sociedade no montante de R\$ 19.000, representado por 692.294 a es, passando assim para um total de 3.257.358 a es, mediante a emissão de 346.147 a es ordinárias e 346.147 a es preferenciais. Esse aumento do Capital Social foi aprovado pelo BACEN em 16 de Janeiro de 2015. **b) Reserva Legal:** Constituída   razão de 5% do lucro líquido do exercício, limitada a 20% do Capital Social. Devido ao prejuízo apurado, a Sociedade não destinou parte do resultado do exercício para reserva legal. **c) Reservas Estatutárias:** Devido ao prejuízo apurado, a Sociedade não destinou parte do resultado do exercício para reservas estatutárias. **d) Dividendos:** Conforme previsto no estatuto da Sociedade, aos acionistas   assegurado dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido anual.

19. TRANSA OES E SALDOS COM PARTES RELACIONADAS

a) As transa es com partes relacionadas decorrem de opera es que apresentam os seguintes saldos nos semestres findos em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014:

	Ativo (passivo)		Receitas (despesas)	
	2015	2014	2015	2014
Banco Société Générale Brasil S.A.				
Disponibilidades	17	26	-	-
Aplica�es interfinanceiras (nota n� 7 a e 7 b)	96.467	12.164	6.952	4.166
Outras obriga�es diversas (nota n� 12 c)	(23)	(11)	-	-
Depósitos interfinanceiros (nota n� 15 a e 15 b)	(397.277)	(242.044)	(38.466)	(19.051)
Instrumentos financeiros derivativos (nota n� 8 d)	29.477	6.812	27.255	1.309
Outras despesas administrativas (nota n� 20)	-	-	(325)	(132)
Société Générale - Paris				
Obriga�es por empréstimos do exterior (*)	(263.921)	(251.306)	(102.527)	(36.100)

(* nota explicativa n  16 b e 16 c

b) Remunera o do pessoal-chave da Administra o: O montante global anual pago a título de remunera o dos Diretores no exercício findo em 31 de Dezembro de 2015 foi de R\$ 1.841 (R\$ 1.474 em 2014).

Composi o do montante pago aos Diretores:

	2015	2014
Proventos	1.453	1.163
Contribui�o ao INSS	388	311
Total	1.841	1.474

Em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014, não há na Sociedade nenhum benefício definido pós-emprego. Outras informa es: I - Conforme legisla o em vigor, a Sociedade não concede empréstimos ou adiantamento para: a) Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e

semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2  grau; b) Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e c) Pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 10%, a própria Sociedade, quaisquer diretores ou administradores da própria Sociedade, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2  grau. Dessa forma, não foram efetuados pela Sociedade empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administra o ou da Diretoria Executiva e seus familiares.

20. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2015	2014
Material	39	32
Serviços técnicos especializados	1.052	659
Processamento de dados	674	344
Serviços do sistema financeiro	1.366	2.176
Aluguéis	769	714
Serviços de terceiros	60	157
Manuten�o e conserva�o de bens	782	148
Comunica�es	269	199
Contribui�es filantrópicas	32	30
Transportes	382	178
Promo�es e rela�es públicas	111	100
Viagens	543	173
Amortiza�o e deprecia�o	299	278
Serviços administrativos prestados - ligada (nota explicativa n�19 a)	325	132
Entidade de classe	49	48
Seguros	63	27
Outras	278	162
Total	7.093	5.557

21. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	2015	2014
Juros e multas	931	646
Juros atualizados créditos tributários	1.021	914
Ganho varia�o cambial valor residual antecipado	132	819
Reversão provisão despesas presta�o serviços exterior	-	1.036
Outras	340	204
Total	2.424	3.619

22. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	2015	2014
Publica�o	85	48
Provisão para gratifica�o - Diretoria	474	242
Serviços técnicos especializados	234	-
Total	793	290

23. PAGAMENTO BASEADO EM A OES

Apresentamos a seguir o plano de pagamento que está vigente em 31 de Dezembro de 2015 e foi outorgado a partir de 1  de janeiro de 2010. O plano   classificado como pagamento baseado em a es com liquida o em a es. I - Plano de a es livres ("Paga") - SG Paris: Visando o sucesso do programa "Ambition SG 2015", em reunião realizada em 02 de novembro de 2010, o Conselho de Diretores do Grupo Société Générale designou os beneficiários do Plano de A es livres dentro do grupo de funcionários e executivos corporativos do Grupo Société Générale e empresas afiliadas. O plano está dividido em dois grupos sendo o primeiro representado por 40% das a es condicionadas ao cumprimento de permanência no grupo em 31 de março de 2015 com a condi o de desempenho na qual o Grupo Société Générale atinja um lucro líquido positivo no ano de 2012, condi o esta atingida. O segundo grupo, 60% das a es remanescentes, está

condicionado   permanência no grupo em 31 de Março de 2016 com a condi o de que a satisfa o dos clientes aumente entre 2010 e 2013 nas três linhas de negócios (opera es França, Banco de varejo e Corporate Banking). O plano oferece 40 a es por funcionário elegível, distribuídas conforme o parágrafo anterior. No SG Equipment Finance S.A. - Arrendamento Mercantil foram 07 funcionários elegíveis, portanto, das a es outorgadas, avaliou-se que 280 seriam empobadas pela empresa. O valor justo unitário das a es foi de 34,55 Euros e 33,15 Euros respectivamente para o grupo 1 e grupo 2, calculados adotando o método de arbitragem. A seguir demonstramos os valores reconhecidos no resultado do exercício findo em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, na rubrica de despesa com pessoal contra a conta do grupo do patrimônio líquido de reserva de capital:

	Movimenta�o			
	Dez 2013	Constitui�o	Dez 2014	Dez 2015
Plano de a�es livres ("Paga")	143	26	169	101
Total	143	26	169	101

24. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGA OES LEGAIS, FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

A Sociedade   parte em processos judiciais e administrativos de natureza civil, decorrentes do curso normal de suas atividades. A Administra o da Sociedade, baseada na opinião de seus assessores legais, não constituiu provisão em fun o de não existir demandas cujo desfecho desfavorável   avaliado como provável. Passivos contingentes classificados como risco de perda possível: Em 31 de Dezembro de 2015 não há na Sociedade nenhum registro de processo de natureza civil classificado como perda possível.

25. OUTRAS INFORMAÇOES

Desde 1995, as institui es financeiras são obrigadas a manter o patrimônio líquido compatível com o grau de risco ponderado por fatores definidos na Resolu o n  2.099/94 e altera es complementares do BACEN. A apura o deste  ndice   feita de forma consolidada pelo Banco Société Générale Brasil S.A. ("institui o líder") com as institui es integrantes do Grupo Société Générale Brasil, de acordo com as normas vigentes. **Medida Provisória n  627/13 convertida na Lei 12.973:** Em Novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória n  627 estabelecendo que a não incidência de tributa o sobre os lucros e dividendos calculados com base nos resultados apurados entre 1  de Janeiro de 2008 e 31 de Dezembro de 2013, pelas pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real, presumido ou arbitrado, efetivamente pagos até a data de publica o da referida Medida Provisória, em valores superiores aos apurados com observância dos métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de Dezembro de 2007, desde que a empresa que tenha pago os lucros ou dividendos optasse pela ado o antecipada do novo regime tributário já a partir de 2014. Em Maio de 2014, esta Medida Provisória foi convertida na Lei n  12.973, com altera es em alguns dispositivos, inclusive no que se refere ao tratamento dos dividendos, dos juros sobre o capital próprio e da avalia o de investimentos pelo valor de patrimônio líquido. Diferentemente do que previa a Medida Provisória, a Lei n  12.973 estabeleceu a não incidência tributária de forma incondicional para os lucros e dividendos calculados com base nos resultados apurados entre 1o de Janeiro de 2008 e 31 de Dezembro de 2013. A Sociedade elaborou estudos sobre os efeitos que poderiam advir da aplica o das disposi es da Lei n  12.973 e concluiu que não há efeitos significativos nas suas demonstra es financeiras de 31 de Dezembro de 2015 e de 31 de Dezembro de 2014.

CONSELHO DE ADMINISTRA O

DIRETORIA

CONTADOR: Robson Mackert - CRC - 1SP 203697/O-4

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRA OES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da **SG Equipment Finance S.A. - Arrendamento Mercantil** Examinamos as demonstra es financeiras da SG Equipment Finance S.A. - Arrendamento Mercantil, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstra es do resultado, das muta es do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administra o pelas Demonstra es Financeiras - A Administra o da Sociedade   responsável pela elabora o e adequada apresenta o dessas demonstra es financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às institui es autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elabora o de demonstra es financeiras livres de distor o relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Auditores Independentes - Nossa responsabilidade   a de expressar uma opinião sobre essas demonstra es financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências  ticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstra es financeiras e estão livres de distor o relevante. Uma auditoria envolve a execu o de procedimentos selecionados para obten o de evidência a respeito dos valores e divulga es apresentados nas demonstra es

financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avalia o dos riscos de distor o relevante nas demonstra es financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avalia o de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elabora o e a adequada apresenta o das demonstra es financeiras da Sociedade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade. Uma auditoria inclui também a avalia o da adequa o das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administra o, bem como a avalia o da apresenta o das demonstra es financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida   suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Base para opinião com ressalva - A Sociedade registra as suas opera es e elabora as suas demonstra es financeiras com observância das diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, que requerem o ajuste ao valor presente da carteira de arrendamento mercantil como provisão para superveniência de deprecia o, classificada no ativo permanente (Nota 3). Essas diretrizes não requerem a reclassifica o das opera es, que permanecem registradas de acordo com a disposi o da Lei n  6.099/74, para as rubricas do ativo circulante, realizável a longo prazo e rendas de arrendamento, mas resultam na adequada apresenta o do resultado e do patrimônio líquido de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião com ressalva - Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos dos assuntos mencionados no parágrafo base para opinião com ressalva, as

demonstra es financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posi o patrimonial e financeira da SG Equipment Finance S.A. - Arrendamento Mercantil em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas opera es e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às institui es autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

 nfase - Reapresenta o dos valores correspondentes - Conforme mencionado na nota explicativa 2, certas informa es correspondentes ao balanço patrimonial, as demonstra es do resultado, das muta es do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e as notas explicativas, foram alteradas em rela o àquelas anteriormente divulgadas nas demonstra es financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, pelas razões mencionadas na referida nota explicativa 2 e estão sendo reapresentadas como previsto na NBC TG 23, ou CPC 23, (Práticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retifica o de Erro). Nossa opinião não cont m ressalva relacionada a esse assunto.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2016



ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6
Flávio Serpejante Pepp e
Contador CRC- 1SP172167/O-6

Renato Nantes
Contador CRC-1RJ115529/O-7